

CPI apura uso da Sudene para lavar dinheiro

NÚBIA FERRO

BRASÍLIA — A CPI da máfia do Orçamento começou a investigar a possibilidade de projetos agropecuários da Sudene terem sido usados para a lavagem de dinheiro por parlamentares envolvidos no escândalo do Orçamento. O coordenador da subcomissão de patrimônio da CPI, senador José Paulo Bisol (PSB-RS), requisitou ontem dois técnicos rurais, um do Banco do Brasil e outro do Banco do Nordeste, para irem à sede da Sudene, em Recife, na próxima quarta-feira, apurar possíveis irregularidades com a utilização dos projetos.

As suspeitas são de que alguns dos envolvidos no escândalo do Orçamento teriam adquirido fazendas por um preço, declarado um valor muito inferior e depois, com intermediação de algum funcionário da Sudene, obtido projetos agropecuários falidos que serviriam para justificar, posteriormente, a venda das

mesmas propriedades por valores bem superiores aos declarados na ocasião das compras. Depois de chegarem a essa hipótese, pelos indícios obtidos com documentos, os parlamentares que trabalham na investigação lembraram que, por ocasião de seu depoimento à CPI, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) chegou a dizer, para justificar seu patrimônio, que era muito competente e costumava pegar projetos falidos e transformá-los em lucrativos.

O senador disse que há formas de se chegar aos testas-de-ferro ou de se detectarem outros tipos de omissão de patrimônio, como também ocorrem com os chamados contratos de **leasing**. Por esses contratos, as pessoas se comprometem a alugar um determinado imóvel, com direito a compra, depois de alguns anos. Para esconder o patrimônio, a forma é adquirir o imóvel, pagar no ato, mas exigir um contrato de **leasing**, de forma a não incorporá-lo imediatamente a seus bens.

Arquivo



João Paulo Bisol: apuração de possíveis irregularidades através da Sudene